

**Entre manuscritos e impressos:
O periodismo e a formação dos espaços públicos na Província de São Paulo no Primeiro
Reinado e nas Regências**

Luciano da Silva Moreira¹

Resumo: O presente estudo detém-se sobre os periódicos paulistas no período circunscrito entre 1823 e 1840. O enfoque deste trabalho é a formação dos espaços públicos em sua relação com os veículos de comunicação, notadamente as folhas manuscritas e impressas que circulavam pela Província de São Paulo. Dessa forma, será analisado o processo de construção de um clima de opinião no Primeiro Reinado e seu desenvolvimento no sentido de uma “opinião pública” no período Regencial.

Palavras-chave: Imprensa, São Paulo, Império.

Abstract: This article focuses on the periodicals circulating in the São Paulo province between 1823 and 1840. It centers on the constitution of public spaces and their connection to the means of communication, chiefly the handwritten and printed gazettes. We analyze the construction of a climate of opinion in the First Reign and its development towards “public opinion” in the Regency period.

Key words: The press, São Paulo, Empire

No presente estudo, trataremos do periodismo na Província de São Paulo no período circunscrito entre 1823 e 1840. O enfoque deste trabalho é a formação dos espaços públicos em sua relação com os veículos de comunicação, notadamente as folhas manuscritas e impressas que circulavam pela província paulista, apontando para o processo de construção de um clima de opinião e seu desenvolvimento no sentido de uma “opinião pública”. Lembramos que, inicialmente, São Paulo foi palco das chamadas “gazetas manuscritas”, as quais sinalizam para a permanência de práticas de Antigo Regime no debate político. Estes manuscritos cederam lugar para jornais impressos ao final do reinado de D. Pedro I, apresentando transformação substancial no embate político propriamente dito. Além disso, analisaremos o cotidiano das primeiras tipografias e sua relação com as transformações dos “espaços públicos” no Primeiro Reinado e nas Regências. Por intermédio da documentação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo e do Arquivo Municipal Washington Luís, encontramos os rastros de escritores, impressores e leitores que construíram a cena pública na São Paulo oitocentista.

¹ Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Doutorando do programa de pós-graduação em História da UFMG.

Não obstante fosse considerada uma região secundária no quadro econômico do Império do Brasil, na primeira metade do século XIX, a Província de São Paulo estava integrada ao mercado externo, sobretudo, por intermédio da produção de açúcar e de café. Desde a chegada da família real, a província conhecera algum crescimento com o comércio com a Corte, abastecendo-a de gêneros alimentícios. Nessa atividade, destacava-se a região do Vale do Paraíba, por onde ainda era escoada parte da produção do Sul mineiro, mormente oriunda das vilas de Baependi e Campanha. No interior, Sorocaba era centro de comércio de muares, atraindo a atenção de negociantes de diversos lugares, até mesmo do Nordeste brasileiro.

Para facilitar o escoamento, estradas eram abertas, interligando novas áreas ao Rio de Janeiro, despendendo esforços do poder público. Como apresentou Marisa Säenz Leme, a discussão sobre as estradas ocupou boa parte dos trabalhos do Conselho de Governo paulista, tratando da abertura, ampliação, construção de desvios e conservação. Além disso, havia as “querelas cotidianas” que envolviam “solicitações de construção de estradas, de desvios, muitas vezes implicando a disputa entre vilas, ou freguesias; outras vezes tratava-se de briga entre particulares, ou então entre esses e o poder público” (LEME, 2006: 68-69).

A despeito da historiografia tradicional, como nos ensina Denise Soares de Moura, a sociedade paulista da primeira metade do oitocentos foi marcada pelo dinamismo e movimentação. Em *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808-1850*, Moura realizou um “inventário das práticas sociais” de vários segmentos da sociedade paulistana, identificando “nuanças no interior destes mesmos segmentos e as contradições dos processos normativos para compreender toda a complexidade e diversidade possível” da vida na cidade de São Paulo na primeira metade do século XIX. São Paulo caracterizava-se pela mobilidade possibilitada pelo “desenho de caminhos fluviais e terrestres que compunham” o perímetro de São Paulo (MOURA, 2005).

A proximidade com a Corte, a dinamização da economia e a formação de uma rede de estradas, por meio das quais se entrecruzaram caminhos que interligavam Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, possibilitou o desenvolvimento de um clima de opinião em São Paulo no Primeiro Reinado. Essa interligação favoreceu o contato de indivíduos de diversas regiões pelos caminhos paulistas. Desse modo, as notícias chegavam aos lugarejos mais recônditos do interior da Província. Ademais, as estradas foram fundamentais para o desenvolvimento do debate político ao favorecer o contato entre os viajantes.

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire afirma que “nos encontros das estradas, ninguém jamais deixa de saudar um viajante, quando vai tomar lugar num rancho,

cumprimentam-se os primeiros ocupantes, e logo se trava a conversa”(SAINT-HILAIRE, 2002: 28). Em sua passagem por Mogi das Cruzes, Saint-Hilaire relata que se pôs “a conversar com alguns homens”, quando “caiu a conversa sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro”. Nesse diálogo, o viajante estrangeiro teve a impressão “de que estes homens não têm idéias sobre os fatos. Estão também muito pouco a par dos fins colimados pela revolução de Portugal. Enfim, tanto desconhecem os interesses de seu país quanto fazem confusa idéia das relações do Brasil com a mãe-pátria”. Mesmo que o debate não parecesse interessante para o naturalista francês, é importante percebermos que as pessoas emitiam alguma opinião sobre o assunto, indicando que aquilo as afligia de algum modo. Contudo, ao não darem importância para o que acontecia no Rio de Janeiro ou em Portugal, percebe-se que, no entender daquela gente, a mudança política não influiria em suas vidas e, como conclui Saint-Hilaire, finalizariam como o burro da fábula: “Não terei a vida toda de carregar a albarda?” (Ibidem: 98)

Hercules Florence, em sua passagem por Porto Feliz, faz observação sobre o clima dos lugarejos: “a classe dos habitantes agrícolas, a mais numerosa sem dúvida, não concorre a ela senão aos domingos e dias santos, de modo que só nessas ocasiões é que se vê alguma gente nas ruas” (FLORENCE, 1941: 11). Conforme Augustin Wernet, isso é explicado pelo fato de que “a população da maioria dos municípios paulistas não era concentrada na sede do município, mas distribuía-se por muitas freguesias, nas quais o engenho ou a fazenda se apresentava como organismo quase completo que bastava a si mesmo” (WERNET, 1978: 18-19). Wernet conclui que esse isolamento da população rural foi empecilho para a vida política, pois dificultava a convivência e a formação de uma sociedade com interesses comuns.

Entretanto, Augustin Wernet não levanta a possibilidade de organização dos sujeitos nas ocasiões festivas, como os feriados e dias santos, quando a vila estaria tomada pela população que habitualmente mora nas freguesias e na área rural. Na Província do Rio de Janeiro, Saint-Hilaire observou que “cada proprietário rural quis ter perto do templo uma casa onde a família pudesse descansar da longa caminhada a que era obrigada para assistir ao serviço divino, receber os amigos ou tratar de negócios no único dia em que se ajuntavam os moradores” (SAINT-HILAIRE, 2002: 15).

Além da reunião de familiares, agregados e amigos, os dias festivos também eram propícios à realização de revoltas, como a Sedição de Sorocaba, que eclodiu a 12 de outubro de 1823, feriado em comemoração pelo aniversário de D. Pedro I. Naquela data, Carlos José da Silva Teles liderou uma insurreição na vila de Sorocaba, insuflando a “mais ínfima plebe”

contra os “proprietários de cercados”. O caso não foi o único ocorrido na Província de São Paulo no Primeiro Reinado, mas o que se destaca em sua ação foi o modo como arregimentou a população da vila. Como consta dos relatos sobre o movimento, como o do Capitão Joaquim Ferreira Barboza que “com justo motivo teme as maquinaçoens, e fúrias populares”, Carlos Teles publicou “folhas em manuscrito à maneira de gazeta, intitulado-se nellas, Sentinella de Sorocaba, ferindo aos Cidadãos com sarcasmos”² Teles retomou, desse modo, uma tradição do Antigo Regime, as gazetas manuscritas, para insultar os seus inimigos políticos e, ao mesmo tempo, enervar os ânimos da população sorocabana, levando à eclosão de uma revolta.

Auxiliado por Manoel Pereira Guilherme, o citado Carlos José da Silva Telles organizou o movimento, aliciando o povo da vila de Sorocaba com “humã liberdade mal entendida”. De acordo com os depoimentos, Telles “principiou a assignalar-se entre o Povo por publicas folhas em manuscrito, nas quaes os aliciava a direitos imaginarios, q lizongevão o orgulho de pessoas incautas”. A revolta rebentou na ocasião em “que o Povo sahia do Templo depois de dar graças ao Omnipotente pelo felis Anniversario de [Sua Magestade Imperial]”, tomando o nome do Imperador para “Tutella de suas desordens.”³

Esta prática remonta à ritualística dos motins do Antigo Regime, nos quais os insurgentes preservavam a figura do soberano e, em contrapartida, responsabilizavam as autoridades locais “por perverterem as justas ordens emanadas do rei”(ANASTASIA, 1998: 66). Nesse procedimento, inimigos políticos valeram-se daqueles indivíduos “excluídos” da participação política legal, intentando a efetivação de seus propósitos. Ademais, segundo a professora Andréa Lisly Gonçalves, formas de revolta típicas do período colonial, marcadas pela mobilização de camadas populares pelos potentados, permaneceram durante as Regências, objetivando, sobretudo, a “preservação da *Antiga Ordem*, entendida como a manutenção de uma sociedade de cunho estamental”(GONÇALVES, 2005: 1).

Enquanto Sorocaba era agitada pela *Sentinela* de Telles, a capital da província era palco para outra folha manuscrita, menos incendiária: *O Paulista*. Criada pelos esforços de Antônio Mariano de Azevedo Marques, *O Paulista* constituía-se em jornal bi-semanário, cuja assinatura mensal custaria 320 réis. Declarava o idealizador que “se offerec[ia] para inserir na dicta sua folha [matérias] de toda e qualquer causa publica”. Porém, conhecedor dos “insultos impressos” que circulavam pela Corte desde os primeiros arroubos liberais, Marques não se obrigaria “a transcrever qualquer peça insultante, ou só tendente a satisfazer ódios particulares”, procurando manter a ordem na pacata sociedade paulistana.

² Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ofícios Diversos de Sorocaba, Caixa 499, doc. sem data.

³ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ofícios Diversos de Sorocaba, Caixa 499, doc. 01/11/1823.

Conforme o “Plano de um estabelecimento patriótico para suprir a falta de Typographia”, a referida folha surgiu em função da falta de um prelo que comunicasse e disseminasse “as idéias úteis e as luzes tão necessárias num Paiz livre”. Ainda de acordo com o “Plano”, amanuenses seriam contratados por uma “sociedade patriótica” para a produção dos manuscritos. Evidentemente, o trabalho dos amanuenses não supriria a demanda. Por isso, Azevedo Marques planejou distribuir “a cada 5 subscriptores uma folha, repartindo-se os subscriptores em 8 turnos, arranjando-se em sociedade de 5, dos quaes um deve ficar encarregado de procurar em casa do Redactor”. Desse modo, a folha circularia pela cidade, alcançando número maior de leitores, os quais poderiam, inclusive, partilhar uma leitura coletiva do manuscrito. Contudo, a empreitada de Marques, iniciada em setembro de 1823, não durou mais que alguns meses, deixando a província desprovida de periódicos (NOBRE, 1950: 19).

Portanto, a *Sentinela de Sorocaba* e o *Paulista* podem ser considerados como dois padrões distintos de gazeta manuscrita: a primeira, caracterizada por um tom feroz, insultante e incendiário, lembra-nos dos pasquins anônimos, comuns no Antigo Regime; a outra, mais polida, remete-se à prática das gazetas permitidas, como a *História Anual Chronologica, e Política do Mundo, e Especialmente da Europa* que circulava em Portugal “com todas as licenças necessárias”, em 1725 (MIRANDA, 2009).

Somente a partir de 1827, a Província de São Paulo tornaria a ter uma folha pública.⁴ Esse aparente retardamento na aparição da imprensa periódica foi tomado como uma contradição por vários historiadores. Tal é o caso do padre Francisco Ozamis (1917), que se admirava com essa situação “porque na Capital do Brasil houve, em épocas anteriores, paulistas notáveis não só na tribuna, mas na imprensa” (OZAMIS, 1917: 27). José de Freitas Nobre, em *História da Imprensa de São Paulo* (1950), ao procurar apresentar o “espírito realizador da gente do Planalto, sempre sufocado pelas pressões externas, nacionais ou internacionais”, relacionou a história da imprensa à luta dos paulistas contra as “ditaduras” que assolaram o Brasil. Para tanto, propôs-se a justificar o relativo atraso do aparecimento da imprensa, “denunciando as razões por que São Paulo ficara isolado do resto da Colônia”, por meio da oposição que a “gente bandeirante” exercia contra os poderes estabelecidos (NOBRE, 1950). Para estudiosos como Ozamis e Freitas Nobre, parecia contraditório a inexistência de uma imprensa atuante justamente na terra onde foi “realizada” a emancipação política do

⁴ Sobre as dificuldades para a instalação das tipografias e o surgimento da imprensa paulista, ver: MOREIRA, 2009.

Brasil. Daí o cuidado em analisar por que os paulistas não tinham uma imprensa, mesmo exercendo influência por intermédio de homens como os irmãos Andrada.

A primeira oficina de impressão foi instalada a expensas de José da Costa Carvalho, com a criação do jornal *Farol Paulistano*. Como era comum naquela época, a tipografia era um dos elementos para a participação no jogo político. Nesse sentido, Carvalho pretendia consolidar a ação já empreendida nas tribunas, tornando-se um dos mais ativos representantes da elite paulista no cenário imperial. Embora a imprensa tenha surgido tardiamente na capital Planaltina, rapidamente logrou êxito e influência no cenário político imperial (DEAECTO, 2007). Ademais, junto dos esforços de Carvalho em estabelecer a imprensa periódica, estava o intuito de articular a elite letrada local no jogo político que se seguiu à instalação da Assembléia Geral. Esse objetivo norteou o processo de desenvolvimento do periodismo em São Paulo durante o século XIX (CRUZ, 2000: 52-53).

Para os homens do oitocentos, o periódico era considerado “o vehiculo da opinião pública” (FAROL, 14 mar. 1827). Contudo, a noção de “opinião pública” não estava plenamente estabelecida. Para Almeida Garrett, a “opinião pública” estaria atrelada ao processo eleitoral, pois o cidadão deveria pautar-se pela “opinião que nasce do espírito público”. Essa “opinião” era concebida como “a parte mais ou menos activa que toma a porção illustrada da população no systema geral de seu governo, e nos actos particulares de sua administração” (GARRETT, 1826: 4). Portanto, um dos espaços para a discussão das questões políticas e que possibilitariam o controle do exercício da autoridade seria a imprensa periódica, justificando a ação de homens como Carvalho.

Ao longo do período entre o ocaso do primeiro Reinado e o golpe da Maioridade, o impresso, paulatinamente, invadiu o cotidiano das vilas e arraiais, tornando-se presente no universo cultural da Província de São Paulo. Posto isso, atentamos para o alargamento dos usos do escrito e a constituição de “uma rede de práticas específicas, que definem uma cultura original”, possibilitando a da formação de uma “cultura dos impressos” (CHARTIER, 1987). Ademais, a sociedade paulista daquela época foi influenciada pela introdução da imprensa, modificando de forma tênue, mas progressivamente, as práticas e redefinindo as relações que as pessoas entretinham com os poderes e instituições locais.

Como espaço para a discussão política, a imprensa foi utilizada, inclusive, pelo governo provincial. Consta que a Presidência da Província arrendava sua tipografia ao valor de 160\$000 rs. As câmaras costumavam assinar os principais periódicos, inclusive do Rio de Janeiro, como se percebe do requerimento de Cândido Gonçalves Gomide que, em 1829, propunha à Câmara da cidade de São Paulo assinar o *Diário Fluminense*. A proposta de

Gomide justificava-se, pois “não [estava] ainda bem regulada a publicação dos diários das Camaras Legislativas, e não [havia] diário do Conselho Geral, periodicos estes que as Camaras Municipaes são obrigadas a assignar, e [cumpria] ter algum periódico que seja vehiculo dos negócios públicos” (SÃO PAULO, 1922: 338). Entretanto, esse fato apresentamos a dificuldade para a produção de periódicos na província, vindo a obtê-los na Corte. Ademais, nota-se a circulação de folhas de outras províncias, já que, além do *Diário Fluminense* também poderiam ser encontrados jornais de Minas Gerais, como a *Opinião Campanhense*, assinada na vila de Guaratingetá (MOREIRA, 2006: 127).

Contudo, a despeito dos problemas para a instalação dos prelos e da divulgação de objetos impressos, o periodismo desenvolveu-se em São Paulo, sobretudo após 1830. Os eventos que levaram à abdicação de D. Pedro I impulsionaram a participação política, conseqüentemente a proliferação dos veículos da opinião, denotando inflexão no sentido da luta contra a autoridade. A oposição ao Imperador fez-se presente, indicando a articulação dos interesses liberais contra o poder instituído. Dessa forma, a propagação de periódicos nas províncias relaciona-se à organização das elites regionais no jogo político. Afinal, a política não era mais ambientada apenas na Corte, mas passava a ser jogada nos espaços provinciais.

Podemos considerar que a ausência de prelos indicaria a incipiente organização política das elites regionais. Posto isso, percebemos que a proliferação de folhas está relacionada com a abertura dos canais para a participação política, principalmente e Assembléia Legislativa. Assim, ao iniciar-se o processo eleitoral, os membros das elites regionais encontraram na imprensa um dos espaços para o convencimento dos eleitores. Verdadeiro ambiente para “troca de falas” entre os agentes políticos, ligada à tribuna desde sua instalação. Isso nos faz compreender, em parte, o relativo atraso no estabelecimento das tipografias em outras regiões do Império, além da proliferação de periódicos logo após principiarem os trabalhos legislativos.

Na província de São Paulo, a efervescência política favoreceu a instalação de “sociedades patrióticas” (WERNET, 1978). O fenômeno associativo, como afirma Maurice Agulhon, “é tributário das condições sociais e políticas, jurídicas e culturais” (AGULHON, 1984: VIII). De fato, a proliferação dessas sociedades está diretamente relacionada ao momento intenso da vida política brasileira. Sabe-se que as associações políticas representavam locais de sociabilidade onde se davam a difusão das luzes, a filantropia e, principalmente, a organização política dos sujeitos. Além disso, promoviam a impressão de periódicos como a *Revista da Sociedade Philomatica*, organizada pelos estudantes da Academia de Direito de São Paulo, em 1833.

Em janeiro de 1832, Caetano Antonio de Moraes, como secretário de “uma Sociedade de vários cidadãos”, afirmou à Câmara municipal de São Paulo que estava “estabelecida uma Typographia n`esta Cidade na rua da Esperança casa N. 9, a qual pertence à d[ita]. Sociedade e tem a denominação de Typographia Patriótica”.⁵ Nesse estabelecimento foi impressa a segunda fase do *Observador Constitucional*, folha fundada e redigida pelo legendário Giovanni Baptista Líbero Badaró, morto em 1830. Com isso, a organização política dos paulistas, que aparentava “incipiente nível intelectual” ao tempo da *Bernarda de Francisco Ignácio* (DEAECTO, 2007: 34), encontrava-se em desenvolvimento no calor das Regências.

No desenrolar do jogo político, a formação de facções e “partidos” implicou o embate na arena impressa. Personagens como Diogo Feijó utilizaram o espaço dos periódicos para expor suas propostas e fazer valer seus pontos de vista, com se depreende de jornais como *O Justiceiro*, *A Phenix* e *O Solitário*. No entanto, deve-se atentar para as sutilezas e matizes dos discursos impressos. Como salienta Erik Hörner, “imprensa paulistana apresentava um grande dinamismo, impossibilitando a existência de um discurso único e hegemônico” nos anos finais do período regencial (HÖRNER, 2006: 111).

Embora saibamos que nossos redatores provinciais idealizavam um público letrado e seletivo, muitas vezes os jornais ultrapassaram as barreiras sociais, atingindo um público amplo formado por toda sorte de pessoas destituídas do direito de participar da vida política. Com isso, aceitamos as observações feitas por Marco Morel sobre a polissemia do conceito de “espaço público” (MOREL, 2005: 18). Ademais, conforme Leonardo Avritzer, não podemos nos limitar a conceber uma “esfera pública” nos termos de um espaço seletivo, mas como um ambiente formado “por um conjunto de atores sociais diversos, aí incluída tanto a diversidade social, quanto a diversidade racial, de gênero e cultural” (AVRITZER, 2008: 136).

Do clima de opinião evidenciado nas estradas paulistas no alvorecer do Império à formação de uma “opinião pública” na província, os periódicos foram um dos espaços fundamentais para a discussão política. Importante notar que esses veículos não se limitaram às fronteiras provinciais, pois jornais paulistas eram lidos na corte e em diversas províncias, como Minas Gerais. Isso conferia capital simbólico aos representantes paulistas na arregimentação das demais elites regionais no processo de constituição do Estado Imperial. Se no plano econômico não era tão relevante, no arranjo político do Império a Província de São Paulo exerceu papel fundamental na afirmação da independência e na formação do Estado.

⁵ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Fundo Câmara Municipal. Códice 0144 (Termos de responsabilidade para publicações de jornais).

Referências documentais e bibliográficas

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Fundo Câmara Municipal. Códice 0144 (Termos de responsabilidade para publicações de jornais).

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ofícios Diversos de Sorocaba, Caixa 499.

SÃO PAULO (Capital). Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1826-1829. Volume XXIV. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922.

FAROL Paulistano. 1827-1832.

AGULHON, Maurice. *Pénitents et Franc-Maçons de l'ancienne Provence: Essai sur La sociabilité méridionale*. Paris: Fayard, 1984.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes; violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. p. 66.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. “Circulação de livros em São Paulo, 1800-1860”. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

AVRITZER, Leonardo. “Esfera pública”. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 136.

CHARTIER, 1987, p. 8.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: Educ, FAPESP, 2000.

DEAECTO, Marisa Midori. Os primórdios da imprensa paulista: José da Costa Carvalho, fundador de O Farol Paulistano (1827-1831). *Revista de História Regional*, nº 12, v. 2, p. 29-50, 2007.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. Trad.: Alfredo d’Escagnolle Taunay. São Paulo: Melhoramentos, 1941.

GARRETT, Almeida. *Carta de guia para eleitores*. Lisboa: Tipografia de Desidério Marques Leão, 1826.

GONÇALVES, Andréa Lisly. “Uma guerra de brancos? Restauradores, mestiços e escravos na formação do Estado Nacional brasileiro”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (23: 2005: Londrina, PR). *Anais [do] XXIII Simpósio Nacional de História: história: guerra e paz*. Londrina: Editorial Mídia, 2005. CD-ROM.

HÖRNER, Erik. “A tribuna em praça pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838/1842)”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p.101-113.

LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEME, Marisa Säenz. “São Paulo no I Império: poderes locais e governo central”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles, et. al. (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 59-79.

MIRANDA, Thiago Reis. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história*. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/gazetas%20noticias%20de%20historia.pdf> Acesso em 14 MAIO 2009.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais (1828-1842)*. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (Dissertação, Mestrado em História).

MOREIRA, Luciano da Silva. “Tipografias e periodismo em São Paulo provincial (1826-1840)”. *Anais do II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: Clon Carioca Multimídia, 2009. CD-ROM.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

NOBRE, José de Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Edições Leia, 1950.

OZAMIS, Pe. Francisco. *Os Bandeirantes da Imprensa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1917.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo*. Trad.: Afonso de Escragnole Taunay. Brasília: Senado Federal, 2002.

WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo Brasília: Cultrix; INL, 1978.